

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lidiana de Souza Freire¹

RESUMO

O presente artigo tem como tema “Educação inclusiva na Educação Infantil”, tendo como objetivo analisar de que forma se dá o ensino aprendizagem a crianças portadoras de necessidades especiais. A educação é a base de todo um processo de desenvolvimento humano e social do indivíduo. Nos últimos anos, no que se refere a educação especial, esta tem ganhado enfoque em questões de discurso, mas ainda tem deixado a desejar e termos práticos. As escolas têm buscado se adequar mais as crianças portadoras de necessidades especiais, mas apenas em termos de estrutura física, pois o principal agente desse processo, o professor, muitas vezes não dispõe de preparação adequada para lidar com determinadas situações em sala de aula. O referido trabalho justifica-se pela necessidade a cerca da compreensão de como a educação especial está sendo realmente direcionada nas escolas. Esta é uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que abordam o referido contexto, como por exemplo, Arantes, Luckesi e Santos. Espera-se com a realização deste que tenhamos um olhar mais direcionado à cerca da inclusão escolar como uma ação direcionada e significativa. Assim, conclui-se que a inclusão deve ser vista como além das leis estabelecidas, de forma prática e objetiva.

Palavras - chave: Inclusão; Educação; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article has as its theme "Inclusive Education in Early Childhood Education", aiming to analyze how occurs the learning teaching children with special needs. Education is the basis of all a human and social development of the individual process. In recent years, with regard to special education, it has gained focus on speech issues, but still has left something to be desired and practical terms. Schools have sought to adapt more children with special needs, but only in terms of physical structure, as the main agent of this process, the teacher often does not have adequate preparation to give you certain situations in the classroom. This work is justified by the need to about the understanding of how special education is actually being targeted in schools. This is a literature search, based on authors that address the above context, such as Arantes, Luckesi and Santos. It is hoped that the realization of this that we have a more focused look at about the school inclusion as a targeted and meaningful action. Thus, it is concluded that the inclusion should be seen as beyond the established laws in a practical and objective way.

Key - words: Inclusion; Education; Development.

1. Autora

INTRODUÇÃO

Muito se tem falado em educação especial e inclusão escolar nos últimos anos, tanto dentro do contexto escolar quanto social. Esta responsabilidade não é mais unicamente das instituições de ensino, mas de todos que estão em torno da criança portadora de necessidades especiais.

Adaptar uma escola para dar acesso a alunos com limitações físicas, por exemplo, não é o ideal se não dispor de profissionais capacitados para desenvolverem um trabalho significativo, que possibilite o crescimento de tais educandos.

Assim, a escola pode dispor de recursos físicos e pedagógicos essenciais ao processo educacional de crianças portadoras de necessidades especiais, mas de nada vai adiantar se não houver pessoas habilitadas para desenvolvem tal trabalho ativamente, com foco nas reais limitações e habilidades a serem consolidadas. “Tanto as escolas especiais quanto as comum precisam se reorganizar e melhorar o atendimento que dispensam a seus alunos” (ARANTES, et al, 2006, p.27).

A inclusão precisa sair do verbalismo e passar a ser prática dentro das escolas, possibilitando o crescimento de todas as crianças de maneira criteriosa, oferecendo recursos inclusivos desde a adaptação do espaço físico a correta utilização dos recursos pedagógicos por profissionais capacitados para este fim.

“Em poucas palavras, a inclusão não pode mais ser ignorada. Ela está tão presente que motiva pressões descabidas, que pretendem nos desestabilizar a qualquer custo” (ARANTES, et. al. 2006, p.29).

Nesse contexto, a educação infantil é o momento chave para que as habilidades sejam consolidadas de maneira favorável, fortalecendo o processo de ensino e de desenvolvimento humano das crianças portadoras de necessidades especiais.

Nessa fase as brincadeiras constituem uma ferramenta essencial de aprendizagem e de desenvolvimento, garantindo a interação entre as crianças e aprimorando o trabalho docente com foco nas limitações dos alunos especiais e nas habilidades possíveis de serem consolidadas.

É preciso que seja desenvolvido um trabalho voltado para a ludicidade a fim de que estas crianças com necessidades especiais tenham oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento, fazendo acontecer de fato à inclusão escolar.

CONCEITO DE INFÂNCIA

A palavra infância tem sua definição vinda do latim *infantia*, que significa “incapacidade de falar”. Neste aspecto, a criança com menos de sete anos de idade era vista como um ser incapaz de falar, de expressar sentimentos e pensamentos. Desde sua origem, a palavra infância vem sendo relacionada com incapacidade frente aos mais experientes, deixando a criança em uma condição subalterna perante os adultos em seu convívio.

O conceito de infância passou por diversas transformações ao longo do processo histórico e social, pois a criança antes era vista como um adulto em miniatura, realizando tarefas preparatórias para o seu crescimento enquanto pessoa, incluída em uma determinada classe, não havendo devida preocupação para o seu mundo em particular, para a sua formação enquanto um ser diferenciado dos demais.

A criança era vista como um ser sem espaço e características próprias, sendo inserida muito cedo no mundo adulto, tanto pelas vestimentas, que eram iguais, sem nenhum traço da vida infantil, quanto aos trabalhos que eram destinadas a realizarem, sendo já uma preparação para a vida adulta. A partir do momento que adquiriam certa independência, eram conduzidas ao convívio adulto, compartilhando de todas as tarefas, mesmo sem nenhum preparo físico para tais.

Philippe Ariès reforça essa passagem precoce da infância ao contexto adulto, enfatizando que:

De criancinha pequena, ela se transforma imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje (ARIÉS, 1986, p. 10).

Ainda neste período, percebe-se um sentimento superficial em relação a criança, chamado de “paparicação”, apresentando-se nos primeiros meses de vida. Apesar desta aparente atenção, não lhe eram atribuídos sentimentos mais fortes,

pois se a criança chegasse a falecer, devido às condições precárias, logo uma outra criança nasceria, substituindo assim o lugar. Esta pouca importância a infância percorreu por vários séculos.

No século XIII as crianças eram instruídas a pensarem conforme os sentimentos da razão e dos bons costumes, cabendo aos adultos prepará-las para serem seres de bem, com caráter. Estes, por sua vez, não procuravam compreender a criança como um ser específico, dotado de características e necessidades próprias, pensava-se nela como um livro com páginas em branco que deveriam ser preenchidas de maneira adequada para a vida adulta.

“A “descoberta” da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de tratamento especial, “uma espécie de quarentena”, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos” (HEYWOOD, 2004, p.23). Assim, as crianças deixaram de ser vistas como adultos em miniaturas e passaram a ter um olhar direcionado, essencialmente em relação ao papel que a escola exerce em seu processo de formação pessoal.

Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ÁRIES, 1986, p.12).

A mudança de pensamento em relação ao conceito de infância está diretamente relacionada com o fato de que as crianças eram vistas como adultos imperfeitos, necessitando então de reparos, de uma melhor preparação, o que ainda tornava a infância uma etapa de vida de pouco interesse. “Somente em épocas comparativamente recentes veio a surgir um sentimento de que as crianças são especiais e diferentes, e, portanto, dignas de ser estudadas por si sós” (HEYWOOD, 2004, p.10).

A partir do século XVI, com as descobertas científicas houve o prolongamento da vida, diminuindo os índices de mortalidade, pelo menos nas classes dominantes. Havia então uma preocupação maior com o corpo como um todo, atribuindo-se novos hábitos e atitudes, o que naturalmente promoveu uma nova concepção de homem. Nesse contexto, percebemos que:

[...] a idéia de infância surge no contexto histórico e social da modernidade, com a redução dos índices de mortalidade infantil graças ao avanço da ciência e a mudanças econômicas e sociais. Sabemos que a idéia de infância, da maneira como hoje a conhecemos, nasceu no interior das classes médias que se formavam no interior da burguesia (KRAMER, 2003, p. 87).

Assim, nesse período onde tantas mudanças aconteceram, a visão que se tinha em relação ao mundo também tomou um foco diferenciado, onde novas influências passaram a atuar de maneira direta no contexto social, tendo em fim aceitação pela sociedade vigente. Novas relações se firmaram, e os fatores de ordem sócio-econômicas promoveram uma gradativa mudança em relação ao conceito de criança, de modo que as relações do homem entre si e com os demais e com o mundo à sua volta vão se modificando mediante as situações impostas pela realidade vivenciada.

A criança recebe então uma atenção diferenciada, de modo que suas características peculiares à real fase de vida são colocadas em evidência e esta passa a ser vista como um ser diferente dos adultos, com particularidades e necessidades específicas, fato que daria então início à noção e compreensão de infância.

Nesse âmbito, surge então um novo sentimento relacionado a este ser, tão pequeno e tão grandioso em suas definições. Sobre o sentimento de infância Kramer (2003) ressalta que,

O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até os dias de hoje: um considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é trazida pela “paparicação” dos adultos, e outra surge simultaneamente a primeira, mas se contrapõe a ela tornando a criança como um ser imperfeito e incompleto que necessita da “moralização” e da educação feita pelo adulto (p. 18).

Os dois aspectos de sentimento de infância a “paparicação” e a “moralização” são aparentemente contraditórios, mas, na verdade ambos se completam na concepção de infância enquanto essência infantil (KRAMER, 2003).

Hoje a criança é vista com um olhar diferenciado, de maneira que suas capacidades são consideradas em todo o seu contexto infantil. Quanto ao contexto social que determina o surgimento desse novo tipo de sentimento, dois aspectos

precisam ser enfatizados: antigamente, era extremamente alto o índice de mortalidade infantil que atingia as populações, e nesse foco a morte das crianças era encarada como algo normal. Quando sobreviviam, ingressavam diretamente no mundo adulto, realizando atividades que não lhe eram características à fase de vida infantil.

Infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, corresponde na verdade a consciência da particularidade infantil, ou seja, aquilo que distingue a criança do adulto e faz com que esta seja considerada em seus reais aspectos, conforme suas capacidades e desenvolvimento particular.

Para que a criança seja compreendida em sua verdadeira concepção, faz-se necessário que a sociedade atual e a escola realizem uma reflexão à cerca de suas peculiaridades, compreendendo esta fase de vida como única e essencial ao desenvolvimento humano.

O modo como a infância é visto atualmente está destacado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasília, 1998), que afirma que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”. Nesse contexto, no decorrer do processo de construção do conhecimento, “as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar”. Tal conhecimento construído pelas crianças “é fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação” (BRASIL, 1998).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A infância é o momento em que a criança passa a se conhecer melhor, desenvolvendo seu senso crítico e sua identidade, suas características lúdicas, passando a se socializar e a interagir com os demais a sua volta. Nessa fase se ampliam as possibilidades de se trabalhar com atividades direcionadas, essencialmente com crianças com necessidades especiais, buscando focar nas habilidades essenciais a cada uma enquanto ser, inserido em uma sociedade, parte de um todo educacional.

Falar em educação inclusiva nos remete a entendermos o problema de maneira ampla, e não em relação à determinada necessidade educacional. É preciso que as escolas trabalhem com foco na inclusão por todos que nesse ambiente atuam a fim de possibilitar melhores condições tanto de acesso quanto de socialização e aprendizagem, garantindo assim, o desenvolvimento de todos os educandos.

O grande desafio é promover uma pedagogia centrada na criança e em suas características, visando não apenas a sua permanência na rede regular de ensino, mas o seu desenvolvimento independente de suas limitações ou aspectos culturais. Assim, não basta somente garantir a aceitação, o acesso das crianças com necessidades especiais na escola, é preciso assegurar a sua permanência em uma ligação conjunta entre escola, corpo docente, administração pedagógica e principalmente família, como destaca Arantes (et al, 2006, p. 15-16).

Nos debates mais atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas instituições educacionais. Algumas escolas públicas e particulares já adotaram ações nesse sentido, ao proporem mudanças na sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los. Apesar das resistências, cresce a adesão de redes de ensino, de escolas e de professores, de pais e de instituições dedicados à inclusão de pessoas com deficiência, o que denota o efeito dessas novas experiências e, ao mesmo tempo, motiva questionamentos.

Assim, percebemos que a preocupação com o desenvolvimento das crianças portadoras de necessidades especiais não é mais apenas responsabilidade da escola, mas de todos de um modo geral, família, sociedade, gestão escolar e pública municipal. Cada um tem a sua parcela de contribuição enquanto ser inserido em um contexto histórico e social.

São diversas as situações dos alunos com necessidades especiais dentro das escolas regulares de ensino, o que remete aos profissionais de ensino e órgãos competentes um olhar mais direcionado com foco em cada dificuldade, em cada caso específico a fim de que todas as crianças tenham seus direitos garantidos, não apenas do acesso a escola, mas da sua permanência com as demais crianças.

Nesse foco, a escola enquanto instituição de ensino deve traçar metas direcionadas a fim de que todas as crianças tenham as mesmas possibilidades de

ensino, conforme suas limitações, porém, garantindo que todas possam desenvolver-se dentro de suas possibilidades através de um trabalho direcionado, centrado nas necessidades educacionais de cada um.

Na perspectiva de uma educação realmente inclusiva, a Política Nacional de Educação Especial destaca:

A educação inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p.14).

Mesmo com todo o aparato legal, sabemos que muitas vezes tal inclusão só permanece mesmo no papel, enquanto que na realidade ainda nos deparamos com situações de descasos, discriminações ou ainda pior a rejeição das crianças portadoras de necessidades especiais na rede regular de ensino. Muitas pessoas ainda têm um pensamento retrógrado e enxergam tais crianças como “anormais”, mas o que seria exatamente “normal” em nosso contexto histórico e social? O essencial é que os educadores, enquanto agentes transformadores do meio sejam capazes de compreender a inclusão como algo necessário para o processo de formação humana, direcionando seu trabalho com foco no ser humano enquanto sujeito ativo de uma sociedade.

O BRINCAR COMO ESSENCIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com alguns dicionários (Rocha, 2003 p.381), a palavra lúdico é relativo a jogos e brinquedos; no entanto, sabe-se que tal expressão tem um sentido muito mais amplo.

Através do lúdico constroem-se conhecimentos e aprendizagens. A aprendizagem refere-se à aquisição de uma resposta determinada, uma resposta aprendida em função da experiência, seja ela obtida de forma sistemática ou não.

Aprendizagem, nesse caso, difere-se de desenvolvimento, que, no caso, é o responsável pela formação dos conhecimentos.

Cipriano Luckesi (2004) traz fortes contribuições com estudos sobre jogos e a importância do brincar em sala de aula. Luckesi (2004, p.15) define lúdico e ludicidade:

O lúdico é um estado interno do sujeito e ludicidade é uma denominação geral para este estado – “estado de ludicidade”, essa é uma qualidade de quem está lúdico por dentro de si mesmo [...] Nesse contexto, ludicidade não decorre diretamente do mundo exterior a cada um de nós, mas sim do nosso mundo interior, que se relaciona com o exterior.

Promover este estado lúdico num grupo de sujeitos dentro do ambiente de uma sala de aula traz reflexos positivos para a aprendizagem de cada um enquanto indivíduo e enquanto grupo. Com as atividades lúdicas na escola é possível perceber a criança e estimulá-la no que ela precisa construir e aprender. Mesmo com as crianças portadoras de necessidades especiais não é diferente, pois estas também são capazes de aprender, dentro de suas possibilidades, é claro. O papel do professor é fundamental, pois é ele quem cria condições para que a criança construa seus conhecimentos.

A ludicidade deve ser compreendida como algo que vai além do simples ato de brincar, pois proporciona a criança experiências inovadoras, motivando-as a produzirem em seu espaço momentos que trazem em sua essência ao mesmo tempo diversão e aprendizagem, integrando as crianças mesmo as que apresentam mais dificuldades no percurso educacional.

As atividades lúdicas que se encontram inseridas no contexto de vida real passam a ser interpretadas como um processo mais complexo de construção social e cultural. Negrine (2000, p. 21) afirma que “[...] a capacidade lúdica está diretamente relacionada à sua pré-história de vida. Acredita ser, antes de mais nada, um estado de espírito e um saber que progressivamente vai se instalando na conduta do ser devido ao seu modo de vida”.

A brincadeira envolve a criança, possibilitando-a apresentar novos elementos a partir do olhar que ela tem da sua realidade, do mundo que a cerca e que pode ser criado e recriado através da sua imaginação, o que oportuniza um interesse maior na obtenção de novas informações, sistematizando-as em conhecimento.

Piaget (1987) enfatiza que o lúdico na infância favorece o desenvolvimento do senso crítico, da fantasia, do senso de si e do outro, das descobertas das regras, e especificamente a ampliação da relação entre realidade e fantasia, com ganhos para a inteligência, para a criatividade e para as habilidades sociais. As atividades de jogar, quando são realizadas em conjunto mostra a criança à existência de regras, limites, a necessidade da espera da tolerância, do convívio com a diferença, a importância de negociar e viver com atenção ao outro. Assim considera-se o lúdico uma ação indispensável no processo de ensino aprendizagem na educação infantil, pois com essa prática as crianças se divertem ao mesmo tempo em que aprendem de forma natural e prazerosa, beneficiando a todas, independentes de sua situação física, mental ou social.

A ludicidade aplicada na aprendizagem na educação infantil, essencialmente com crianças portadoras de necessidades especiais, mediante jogos e situações lúdicas, não impedem a reflexão sobre conceitos matemáticos, linguísticos ou científicos, por exemplo, de acordo com Freire:

Compreender a atividade infantil capacita o professor a intervir para facilitar o desenvolvimento da criança. Isso contribuiria para reforçar a ideia de que a escola, na primeira infância, deve considerar as estruturas corporais e intelectuais de que dispõe as crianças, utilizando o jogo simbólico e as demais atividades motoras próprias da criança nesse período (1997, p. 44).

É fundamental perceber que ao brincar as crianças tornam-se agentes de sua experiência social, estabelecem diálogos, organizam com autonomia suas ações e interações, construindo regras de convivência social e de participação nos jogos e nas brincadeiras. A ludicidade na educação contribui para o processo de aprendizado, quando uma criança transforma as regras do jogo ou cria uma brincadeira na escola, sai daquele espaço tradicional de ensino, coloca-se como autor de um jogo, criando uma experiência lúdica que proporciona momentos de alegria, criatividade, prazer, enfim um desenvolvimento corporal e intelectual.

A ludicidade está ligada a essência da criança, dita normal ou especial, pois ambas vêem o mundo que a rodeia através do brinquedo, expressando-se pelo ato lúdico, e é através desse ato que a brincadeira tem um fator importantíssimo na infância. Para tanto o brincar é fundamental do pensamento lúdico e as características das atividades executadas na infância.

Para Luckesi (2002) o fenômeno da ludicidade foca a atividade lúdica como uma experiência interna do sujeito que a vivencia e define como aquela que propicia a plenitude da experiência. Na mesma obra ele questiona se uma atividade lúdica é sempre pensada como uma atividade divertida, sugerindo que pode ser ou não, a depender de cada indivíduo que a vivencia. Para Luckesi (2002, p.27),

Dançar, com entrega da totalidade do nosso ser, sem pensamentos críticos ou julgamentos, conduz a uma plenitude, a um prazer expandido e sem limites. É claro, é preciso se dispor a sentir esse prazer. Mas, também, vivenciar uma boa conversa, sem barreiras e sem os trajetos dos nossos preconceitos, possibilita um bem estar pleno. Produzir um bom texto, com tudo o que ele tem de direito, de metáforas, alegorias, poesia, argumentação clara, etc..., dá ao seu autor um prazer muito grande, na medida em que vivencia a completude de sua obra. Produzir uma tela, através da magia da pintura, da plenitude a quem pinta com prazer.

E mais afirma Luckesi, (2002, p.27):

Brincar doa prazer a quem se dispõe a vivenciar essa experiência. [...] Os atos divertidos, por si, deveriam, também, ser lúdicos, porém existem atos divertidos que não são lúdicos para todos os participantes de uma experiência. Por exemplo, quando dentro de um grupo de amigos, alguns realizam uma prática de “tirar sarro” dos outros. Isso pode até ser divertido, mas não tem nada de lúdico, desde que manifesta o poder de uns sobre os outros e, pior, um poder desqualificador.

Compreende-se a ludicidade como uma experiência prazerosa vivenciada pelo indivíduo. Para a criança, trabalhar a partir de brincadeiras, músicas e leveza na aplicação das atividades é algo satisfatório, preenchendo seu desejo de aprender e de brincar ao mesmo tempo, o que facilita sua aprendizagem, socialização e trabalha com determinadas necessidades que estes venham a apresentar, superando assim as dificuldades e encontrando um motivo a mais para permanecer na escola de maneira ativa e significativa.

Santos (2002) em seu livro “Brinquedoteca” trata do lúdico em diferentes contextos, apresentando as atividades lúdicas como ações vividas e sentidas, povoadas pela fantasia, pela imaginação.

Para Santos (2002, p.12) “são lúdicas as atividades que propiciem a vivência plena, integrando a ação, o pensamento e o sentido”. Tais atividades podem ser uma brincadeira, um jogo ou qualquer outra atividade que possibilite instaurar um estado de inteireza, uma dinâmica de integração grupal ou de sensibilização, um trabalho de recorte e colagem, uma das muitas expressões dos jogos dramáticos,

exercícios de relaxamento e respiração, uma ciranda, movimentos expressivos, atividades rítmicas, entre outras tantas possibilidades. Mais importante, porém, do que o tipo de atividade é a forma como é orientada e o porquê de estar sendo realizada.

Assim, fica claro que trabalhar com crianças, de forma lúdica, pode proporcionar uma integridade física e mental inclusive para quem dirige este trabalho. Nesse procedimento, o indivíduo tende a querer sempre vivenciar essa ação, que lhe proporciona prazer e alegria, propiciando a aquisição de novas habilidades e competências.

Deste modo, através das brincadeiras e dos jogos, consideradas prazerosas para todas as crianças, sem distinções, elas terão a capacidade de se relacionar com outras pessoas, interagindo, compartilhando com os outros suas ideias, seus sentimentos e emoções, tornando-se prestativa e participativa em diversas atividades.

Brincando e jogando, a criança terá a oportunidade de desenvolver capacidades indispensáveis ao seu processo de formação humana, tais como atenção, afetividade, o hábito de permanecer concentrado e outras habilidades perceptuais psicomotoras. Brincando a criança torna-se operativa. Conforme Luckesi (2002, p.6), [...] “para que uma atividade seja lúdica ela precisa ter inteireza, podendo auxiliar os alunos em seu próprio processo de desenvolvimento e na possibilidade de expressar o que são”.

A criança aprende brincando, o brincar é uma necessidade da criança para melhor assimilar o que lhe foi passado, é considerado como uma libertação, onde a criança vive em outro mundo, que não é dos adultos, onde ela se solta, correndo, pulando, fazendo uso de sua imaginação. Através da brincadeira da criança pode-se entender como ela vê e constrói o mundo e quais são as suas preocupações, mesmo quando se trata de crianças portadoras de necessidades especiais.

CONCLUSÃO

O presente trabalho de pesquisa nos possibilita uma melhor compreensão à cerca da educação inclusiva, bem como da importância de ser trabalhado com foco

em determinadas habilidades desde a educação infantil, a fim de favorecer o processo de ensino aprendizagem e desenvolvimento humano.

Na teoria muito se tem falado em educação inclusiva, mas a prática nos remete para outra realidade. Escolas com suporte adequado para receber crianças portadoras de necessidades especiais, mas sem nenhuma preparação pedagógica para lidar com tal situação. Assim o que se percebe muitas vezes é que se trata de uma inclusão que exclui, pois as crianças especiais acabam apenas ocupando espaço nas escolas regulares, sem que haja um trabalho direcionado em suas necessidades.

Um trabalho urgente em torno da formação dos profissionais da educação deve ser realizado a fim de que esta realidade seja mudada, possibilitando o real desenvolvimento das crianças por meio de ações interativas e dinâmicas, fortalecendo as relações entre crianças especiais e comuns, bem como com a sociedade que as envolvem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Valéria Amorim, et al. **Inclusão Escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 17ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

PIAGET, J. **O Nascimento da Inteligência na Criança**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SANTOS, S.M.P. **Espaços lúdicos: Brinquedoteca**. In: SANTOS, S.M.P. (org)



Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.